

insurgência

revista de direitos e movimentos sociais



Dossiê raça, gênero e
sexualidade: direitos
e lutas sociais
v. 7. n. 2. (2021)

ipams



Publicação semestral do Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais (IPDMS)
e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB)

EDITOR RESPONSÁVEL

Alexandre Bernardino Costa (Universidade de Brasília)

COMISSÃO EDITORIAL

Antonio Dias de Oliveira Neto (Universidade Federal de Sergipe), Diego Augusto Diehl (Universidade Federal de Jataí), Diogo Pinheiro Justino de Souza (Faculdade do Vale do Cricaré), Guilherme Cavicchioli Uchimura (Universidade Federal do Paraná), Moisés Alves Soares (Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina), Martha Priscylla Monteiro Joca Martins (Université de Montreal), Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuna (Universidade Federal Rural do Semi-árido), Urânia Flores da Cruz Freitas (Universidade de Brasília)

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ

“RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE: DIREITOS E LUTAS SOCIAIS”

Adalene Ferreira Figueiredo da Silva, Alice Hertzog Resadori, Camila Belinaso de Oliveira, Guilherme Cavicchioli Uchimura, Isabella Cristina Lunelli, Luanna Marley de Oliveira e Silva, Mariana Prandini Assis, Marina Nogueira de Almeida, Rodrigo de Medeiros Silva, Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuna

CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandre Bernardino Costa (Universidade de Brasília), Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade do Estado do Amazonas), Ana Ester Ceceña (Universidad Nacional Autónoma de México), Ana Lúcia Pereira (Universidade Federal do Tocantins), Antonio Salamanca Serrano (Instituto de Altos Estudios Nacionales, Equador), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Instituto de Estudos Sociais e Políticos), Carlos Frederico Mares de Souza Filho (Pontificia Universidade Católica do Paraná) Conceição Paludo (Universidade de Pelotas, Brasil), David Sanchez Rubio (Universidad de Sevilla), Enrique Dussel (Universidad Autónoma de la Ciudad de México), George Andrew Meszaros (University of Warwick), Jesús Antonio de la Torre Rangel (Universidad Autónoma de Aguascalientes), Joaquim Shiraishi Neto (Universidade Federal do Maranhão), José Geraldo de Sousa Júnior (Universidade de Brasília), Maria Tereza Sierra (CIESAS), Norman José Solórzano Alfaro (Universidad Nacional, Costa Rica), Rachel Henriette Sieder (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México), Raquel Maria Rigotto (Universidade Federal do Ceará), Regina Facchini (Unicamp, Brasil), Rita Laura Segato (Universidade de Brasília)

PROJETO GRÁFICO

Anna Carolina Murata Galeb

FOTOGRAFIA DA CAPA

Mariana Prandini Assis (Brasília, Manifestações Fora Bolsonaro, 2021)

Apresentação | Raça, gênero e sexualidade nas configurações de resistências e lutas por direitos



O Brasil carrega em sua história marcas profundas de opressão, despersonalização e desumanização decorrentes da colonização e do avanço das fronteiras de extração de recursos naturais e da subjugação dos povos originários e formas de vida não humanas. Passados séculos de dominação escravista e cis-heteropatriarcal, as primeiras décadas do século XXI continuam marcadas por fatos e dados violentos. Somos um dos países mais desiguais do mundo, protagonizamos um verdadeiro genocídio da população negra e indígena, aprofundamos as vulnerabilidades e violências contra mulheres e população LGBTQIA+ e destruímos as vidas não humanas. Todo esse quadro de injustiça se viu intensificado com a pandemia da Covid-19, em que a desumana dicotomia entre vidas que importam e aquelas que não importam tornou-se ainda mais visível nas milhares de mortes não choradas.

Apesar dos avanços sociais experimentados, a sociedade brasileira, em toda sua diversidade, ainda é estruturada por sistemas de opressão - racismo, heterossexismo, capitalismo, capacitismo - que (re)produzem sujeitos/identidades privilegiados em detrimento daqueles relegados à invisibilidade do ser e à privação de capacidade política, econômica e social. Esses sistemas de opressão são refletidos e reforçados pelo direito, contribuindo para a perpetuação da exclusão e da injustiça em diversas dimensões da vida coletiva - cultural, social, econômica, política e ambiental.

Mas nesse longo processo histórico de violências e opressões, também há resistência e busca por justiça. À frente desse movimento, está a luta de feministas, negros e negras, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, dentre outros tantos sujeitos coletivos que mobilizam suas demandas e reivindicações por efetivação de direitos humanos e transformação social. O campo jurídico se torna, então, um campo de insurgências e enunciações de direitos.

Consciente do papel do conhecimento para a justiça social, racial e de gênero, este dossiê explora a complexidade empírica e teórica do grande tema “Raça, Gênero

e Sexualidade: Direitos & lutas sociais”. Resultado de uma parceria entre esse Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e o Grupo “Gênero, Raça e Sexualidade” da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), reunimos produções científicas críticas que refletem sobre os usos do direito como instrumento paradoxal, de dominação e de transformação social.

Examinado a dimensão racial, o artigo "Do 'caso' à 'causa' e à 'justa causa': incorporação do sofrimento negro à gramática dos direitos humanos no Judiciário", Fernando Nascimento dos Santos analisa os obstáculos enfrentados para a incorporação do sofrimento negro à gramática dos direitos humanos nos processos de ofensas raciais. Já o artigo "Racismo Estrutural e Violência Institucional no Campo da Política: desafios emergentes", Eriane Martins Pacheco, Loiva Mara de Oliveira Machado e Míriam Thais Guterrez Dias propõem uma discussão sobre as expressões do racismo estrutural no espaço local do exercício da política, o legislativo municipal.

O debate sobre a formação da sociedade colonial/moderna no Brasil e seus impactos na regulação do acesso à terra para as comunidades negras quilombolas é o objeto do artigo "Raça e Exclusão do Acesso à Terra: a luta do movimento quilombola para a regularização fundiária dos territórios quilombolas", de Matheus de Mendonça Gonçalves Leite, Elerson da Silva, Inara Brenda Luisa de Oliveira, Julia Resende Andrade e Souza e Márcia Cristina Gama Zanon. Por sua vez, o artigo "A luta e resistências de mulheres negras militantes do Movimento Negro Unificado", Natasha Karenina de Sousa Rego, Aline Pereira da Costa, Cristiana dos Santos Luiz e Elaine Ferreira do Nascimento evidenciam a atuação política de mulheres negras brasileiras, com especial atenção àquelas que vêm atuando no Movimento Negro Unificado nas últimas décadas.

Desde uma perspectiva integrada de gênero e raça, Paula Dias Dornela e Pedro Barbabela de Mello Vilela, no artigo "Uma democracia em crise? Reflexões sobre direitos das mulheres, migrantes, LGBTI+ e pessoas negras no governo Trump (2017-2020)", examinam os impactos dos discursos e das políticas implementadas pela administração de Donald Trump, nos EUA, sobre os direitos de grupos historicamente marginalizados. No artigo "A Experiência Trans: uma disputa semântica nas mídias digitais", Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior apresenta as contestações de sentido na

produção das categorias transexual, travesti e transgênero, visibilizadas pelas mídias digitais. Ainda dedicada à análise da população trans, o artigo "A Pandemia de Coronavírus: uma análise descritiva sobre o contexto laboral das mulheres trans", de Ana Cláudia Lima de Oliveira, Camila Eduarda Pinto Figueiredo, Endrick Edward Rodrigues Martins, Julie Alves de Alcantara e Lavinia de Oliveira Castilho identificam e explora as barreiras que impedem a entrada de mulheres trans no mercado de trabalho no contexto da Covid-19.

Ainda no campo de gênero, mas com foco específico nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o artigo "O Reconhecimento da Violência Obstétrica no Brasil e sua Repercussão Sociolegislativa por intermédio do Movimento Feminista", de Natália Viana Nogueira, reflete sobre o fenômeno da violência obstétrica a partir da atuação de grupos feministas. Já em "Maternidades subalternizadas: as dificuldades de implementação da prisão domiciliar de mulheres mães e gestantes", Jessica de Jesus Mota, Marina Nogueira de Almeida e Vanessa Chiari Gonçalves examinam a subalternização de maternidades de mulheres infratoras como uma dificuldade a ser enfrentada na aplicação da prisão domiciliar de mulheres gestantes e mães. Encerrando a seção de artigos, "Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro sob a perspectiva de raça, classe e gênero", de Mariana Trotta Dallalana Quintans, Maria Eugenia Silveira de Mello Ribeiro, Maria Pacheco da Costa Vieira dos Santos, Amanda Jorge Coelho, Manuella Batista Nogueira e Walquiria Camilo da Rocha fazem uma análise interseccional dos impactos da pandemia no trabalho de reprodução social da vida, realizado majoritariamente por mulheres.

Na seção "Diálogos insurgentes", as entrevistas com Ivo Macuxi e Samara Pataxó apresentam o quadro atual da luta dos povos indígenas do Brasil. Nelas são abordados o enfrentamento à pandemia de Covid-19, a luta por reconhecimento como sujeitos de direitos, as articulações político-jurídicas, e as principais questões judicializadas nas esferas nacional e internacional. Na mesma seção, esta edição inova na abordagem teórico-estética ao trazer o resultado grafado dos saberes e conhecimentos contidos nas conversações realizadas entre Simone Maria Silva, atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG e militante

do Movimento dos Atingidos por Barragens, e Guilherme Cavicchioli Uchimura, membro da equipe editorial da revista InSURgência responsável pela transcrição mediada da voz de Simone.

A edição traz também uma seção de documentos históricos: “Práxis de libertação”. Ela inclui registros da atuação de movimentos sociais e entidades que, em forma de denúncias ou enunciações concretas, interpelam o meio político, acadêmico, jurídico e a sociedade em geral, quanto à urgência de uma democracia plural e pautada nos direitos humanos.

No contexto de mobilizações populares e sociais por uma Constituição que respondesse aos anseios reprimidos de democracia, a “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte de 1987” é representativa. Nela, foi pautada a urgência de se garantir uma sociedade sem discriminações e violências, com ações voltadas para os direitos das mulheres em sua diversidade e especificidades, nas áreas da família, trabalho, saúde, educação e cultura, e dignidade. A Carta é um marco histórico das lutas das mulheres, tendo sido grande parte de suas reivindicações contempladas na Constituição Federal de 1988. As mulheres afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia seguiram em marcha em 2015, denunciando o racismo e reafirmando como princípio o Bem Viver na “Carta das Mulheres Negras”. A crítica-denúncia à colonialidade do poder estruturante da sociedade e instituições brasileiras, bem como as demandas das mulheres indígenas, compõem o “Documento Final da Marcha das Mulheres Indígenas”, de 2019. Agora em 2021, a luta feminista anti-racista se apresenta no documento da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) para o Julho das Pretas, “Nós parimos a humanidade: o racismo, o patriarcado e o capitalismo matam! Chegamos a mais um julho das pretas!”.

A necessidade de promoção dos direitos da população LGBTQIA+ e de implementação de políticas públicas de combate à LGBTBifobia, é objeto da “Carta de Brasília”, elaborada durante a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008. Essa foi a primeira vez no mundo em que governo e sociedade civil estiveram em um espaço oficial de diálogo para a construção de uma agenda governamental de ações voltadas aos direitos humanos desta população. Mas a história de luta dos movimentos LGBTQIA+ é longa e vem de muito antes. Ilustrativo

dela é o “Card dos 30 anos do Grupo pela Livre Expressão Sexual- Nuances”, ONG fundada em 1991 e precursora na defesa dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo no Rio Grande do Sul. Por outro lado, o debate sobre orientação sexual e identidade/expressões de gênero avança para outros campos, por exemplo, com/a partir de movimentos de luta pela terra, e isso pode ser visto no texto de apresentação do “Documentário: LGBT Sem Terra- o amor faz revolução”, de 2020.

A articulação e solidariedade entre espaços de luta diversos, mas com enfrentamentos comuns à criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos, também se encontra na seleção dos documentos históricos que fizemos, em que incluímos a “Nota de Apoio da Renap à APIB e a Sonia Guajajara”. Todos esses documentos confrontam a violência do estado e denunciam retrocessos na proteção de direitos humanos e a impunidade ante sua violação. Ilustrativa dessa denúncia, é a “Nota de repúdio à portaria do Ministério da Saúde que impõe entraves à realização de procedimento previsto em lei de interrupção de gravidez em caso de estupro”, que ao criticar a Portaria nº 2282 de 27 de agosto de 2020 também confronta a ofensiva antigênero.

Valendo-se da expressão artística como instrumento de transformação social, a seção de poéticas ilustra vivências e sentimentos, provocando sensações diversas diante dos temas propostos pelo dossiê. Ao refletir histórias invisibilizadas, discriminadas e deturpadas, que insistem em persistir e (re)existir, a poesia materializa a vida, essa muito maior que as violências, e expressa em verso e rima a luta nos terrenos mais duros e áridos.

Por fim, duas resenhas compõem a seção “Caderno de retorno”. A primeira, “Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil”, apresenta e divulga um estudo recente produzido pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB) e o Indigenous Peoples Rights International (IPRI). Na segunda resenha, Guilherme Cavicchioli Uchimura e Pedro Pompeo Pistelli Ferreira abordam o livro “Direito Insurgente: para uma crítica marxista ao direito”, primeiro volume da publicação em formato de livro

da tese de doutoramento de Ricardo Prestes Pazello, membro do primeiro Comitê Editorial da Revista InSURgência.

Em meio ao contexto pandêmico de morte, aprofundado pela articulação destrutiva das agendas neoliberal e moral que se expressa em ofensiva antigênero, racista e antiLGBT no Brasil, este dossiê pretende ser um sopro de esperança. Reforçamos e destacamos as lutas, as vivências desde territórios e corpos e as análises críticas sobre Estado e sociedade que nos impulsionam a seguir em movimento, em debates científicos, poéticos, dialógicos e históricos.

Esperamos que as leituras que se seguem sejam potentes para vocês como foram para nós e sirvam de subsídio para reflexões críticas e práticas transformadoras!

Julho de 2021.

Alice Hertzog Resadori
Camila Belinaso
Guilherme Cavicchioli Uchimura
Isabella Cristina Lunelli
Luanna Marley
Mariana Prandini Assis
Rodrigo de Medeiros Silva
Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma